


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ibaté

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, IBATE - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000489-10.2017.8.26.0233 - Controle nº: 2017/000890.**
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **Juciane Bezerra da Silva e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Eduardo Cebrian Araújo Reis

Vistos.

MÔNICA BEZERRA DOS SANTOS e WEVERTON BEZERRA DOS SANTOS, representados por sua genitora, JUCIANE BEZERRA DA SILVA, requereram a expedição de alvará objetivando o levantamento dos valores referentes a PIS/FGTS, abono e FGTS existentes em nome do Sr. José Iziodoro dos Santos Neto, falecido no dia 13 de setembro de 2014, conforme certidão de óbito de fls. 14.

O Digno Representante do Ministério Público não se opôs à expedição do alvará pretendido.

Foi apresentada certidão de inexistência de dependentes cadastrados junto ao INSS (fls. 47), bem como as certidões negativas de débitos Municipais, Estaduais, Federais em nome do falecido (fls. 39/41).

Esse é o relatório.**Decido.**O pedido é **procedente**.

O artigo 112, da Lei nº 8.213/91, e a Lei nº 6.858/80 estabelecem que o pagamento dos valores não recebidos em vida pelo segurado será pago aos dependentes habilitados ou, na falta deles, aos sucessores, independentemente de inventário ou arrolamento.

Os elementos de convicção carreados aos autos me permitem concluir que não existe óbice ao acolhimento do pedido, uma vez que não há dependentes habilitados à pensão por morte e o pedido foi formulado pelos herdeiros do falecido.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido e **DEFIRO** a expedição de alvará judicial conforme requerido, **com prazo de 30 dias**. Por consequência, **JULGO EXTINTO** o presente feito, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Registro que os beneficiários do alvará ficarão responsáveis por eventuais dívidas do espólio até o limite do valor do objeto deste pedido.

Não são devidas custas em razão da gratuidade processual.

Com o trânsito em julgado, expeça-se o alvará.

Desde já registro que, na hipótese dos autos, o deferimento do pedido independe de prévio procedimento de apuração de ITCMD.

Oportunamente archive os autos.

P.I.

Ibate, 13 de dezembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**